**SISTEMATIZAÇÃO DOS ENCONTROS REGIONAIS**

**DEMANDAS POR SEGMENTO**

**DEMANDAS CAIÇARAS**

* Garantir o território dos Caiçaras, efetuando a demarcação e regularização, e estabelecer políticas públicas para a comunidade;
* Garantir a parceria com as universidades e com instituições governamentais e a comunidade Caiçara;
* Emitir carta em apoio à criação da Coordenação Nacional Caiçara (RJ, SP e PR);
* Alterar o SNUC para novo acordo de substituição ao termo de compromisso e ao TAC que garanta a permanência e a segurança dos Povos Caiçaras, especialmente da comunidade caiçara de Trindade;

**DEMANDAS DAS APANHADORAS DE FLORES SEMPRE VIVAS**

* Garantir o território natural das sempre vivas, proibindo o plantio de espécies exóticas num raio seguro para aquela espécie;

**DEMANDAS POMERANOS**

* Garantia interprete para que agentes de saúde possam compreender e se comunicar com os pomeranos;
* Informar sobre perigos do câncer de pele;
* Recomendar aos órgãos e conselhos municipais, estaduais e federais que incluam a cultura pomerana no currículo escolar desse segmento;
* Garantir oferta de escolas de ensino médio nas comunidades pomeranas;
* Fortalecer ações que possibilitem a formação de profissionais da própria comunidade para atuação em ações de saúde, educação, dentre outras
* Produzir material informativo bilíngue sobre métodos tradicionais de tratamentos de saúde, tanto preventivos quanto curativos;
* Garantir aos pomeranos da região Pancas e Águia Branca/ Espírito Santo inseridos no monumento natural dos Pontões Capixaba e demais comunidades tradicionais tenham garantido em lei a permanência no território com direito ao uso sustentável dos recursos naturais, bem como a fauna e a flora.
* Desenvolvimento de materiais impressos sobre a cultura e ensino da língua pomerana para que a difusão dessa cultura seja aprimorada;

**DEMANDAS PANTANEIROS**

* Criar calendário escolar diferenciado nas escolas de comunidades pantaneiras, respeitando o modo de vida, considerando os ciclos da natureza (nos períodos de cheia evitar ter aulas pela dificuldade de locomoção);

**DEMANDAS RETIREIROS DO ARAGUAIA**

* Garantir acesso ao PRONAF;
* Efetivar a criação da RDS.

**DEMANDAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU**

* Buscar os instrumentos legais para garantir a implementação da lei do babaçu livre;
* Garantir o território considerando os locais em que estão os recursos naturais necessários para a sobrevivência (cada comunidade, de acordo com suas necessidades, tem suas especificidades).

**DEMANDAS RIBEIRINHOS**

* Aumentar a periodicidade das visitas médicas e o número de especialidades médicas dessas visitas às comunidades ribeirinhas.

**DEMANDAS RAIZEIRAS**

* Formalizar as experiências dos raizeiros com plantas medicinais dentro das farmácias do SUS.

**DEMANDAS AÇAIZEIROS**

* Efetivar a criação da reserva extrativista dos açaizeiros em Guajará-Mirim.
* Criar legislação que garanta o acesso livre aos açaizais;

**DEMANDAS FAXINALENSES**

* Garantir o cumprimento da legislação estadual.
* Retomar o processo de criação das RDS dos faxinalenses nos municípios de Pinhão e Prudentópolis (faxinais do Bom Retiro, do São Roquinho e dos Marcondes/PR);
* Finalizar processo de cadastramento de faxinalenses no município de Pinhão e conceder Bolsa Família;

**DEMANDAS DAS PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS**

* Garantir mecanismos mais rápidos e desburocratizados para indenizações por vazamentos de petróleo e gás nas áreas de pesca e maricultura;
* Exigir que sejam feitas barreiras de contenção em observação a legislação ambiental pertinente, referente ao transbordo de petróleo;
* Definir políticas públicas específicas para o pescador familiar diferente do que existe para o pescador artesanal;
* Reconhecer oficialmente a classificação como pescador familiar;
* Reconhecer e regularizar o território pesqueiro;
* Elaborar versão do Programa (“Garantia-Pesca”) para garantir a renda dos pescadores, em caso de ocorrência de desastres ambientais, naturais (em mares, rios e/ou lagoas), que impeçam a pesca;
* Resgatar o direito das associações de pescadores e pescadoras de emitirem a carteira de pesca;
* Fortalecer ações de cadastramento de pescadores profissionais e de demarcação de reservas para este grupo
* Ampliar as formas de financiamento por meio da emissão de DAP para a pesca.

**DEMANDAS POVOS DE TERREIRO/MATRIZ AFRICANA**

* Reconhecer e garantir o calendário das festas religiosas dos povos de terreiro em áreas públicas, garantindo o direito à manifestação;
* Identificar as casas tradicionais de matriz africana que estão em área de domínio da União, para regularizar a situação fundiária;
* Realizar mapeamento, complementação e / ou continuidade daqueles realizados nas casas tradicionais de matriz africana;
* Incentivar municípios a criar políticas de mapeamento, tombamento e/ou reconhecimento dos territórios tradicionais dos povos de Terreiros/Matriz Africana;
* Efetivar política de tombamento das casas de matriz africana, conforme as demandas apresentadas, respeitando a decisão de cada Terreiro;
* Criar legislação de âmbito federal e estadual que garantam a regulamentação dos territórios tradicionais dos Terreiros;
* Criar programa específico de ATER que atenda às especificidades dos Povos de Terreiro;
* Levar informações sobre anemia falciforme e sobre as doenças que afetam mais as populações negras;
* Orientar os profissionais de cartório para que se aceite o registro de nomes de acordo com a etnia e a ancestralidade;
* Utilizar a CDRU em algumas situações para garantir os territórios;
* Criar legislação específica de regularização dos territórios tradicionais;
* Cumprir a Lei 10.639 e das diretrizes;
* Criar campanha de valorização dos povos e comunidades tradicionais e contra a intolerância religiosa e combate ao racismo;
* Cumprir a Lei 12.288, estatuto da igualdade racial, no que diz respeito à comunicação, Art. 26, item I.
* Realizar censo para mapear a comunidade cigana e os povos de terreiro.
* Dar visibilidade, fortalecimento e acesso ao PRONAF;
* Reconhecimento e valorização das práticas tradicionais de saúde nos terreiros e de outros PCTs pelo Ministério da Saúde;
* Regularizar o acesso aos espaços de cachoeiras, que são sagrados para realização de rituais e oferendas.

**DEMANDAS DOS POVOS CIGANOS**

* Garantir, por meio dos governos federal, estaduais e municipais, em caráter de urgência, a permanência dos povos ciganos nos locais onde estes povos estão estabelecidos, com acesso à saúde, educação, infraestrutura, segurança e garantia dos seus direitos;
* Reconhecer a territorialidade diferenciada dos povos ciganos, já que existem grupos nômades e seminômades e criar políticas públicas que garantam a existência destes territórios;
* Melhorar o Programa Minha Casa Minha Vida para atendimento aos grupos tradicionais, a exemplo dos povos ciganos, garantindo possibilidades de respeito às formas tradicionais de moradia;
* Garantir, por meio de legislação específica, a destinação nos municípios para acampamento aos ciganos nômades e seminômades, com infraestrutura adequada (água, energia, saneamento, escola, banheiro); e que tenha atendimento de saúde;
* Ampliar o acesso à Educação pelos povos ciganos, garantindo programas de alfabetização;
* Não discriminar os povos ciganos por serem nômades ou seminômades e garantir uniformes e materiais didáticos nas escolas;
* Distribuir o material “Brasil Cigano” nos equipamentos da assistência, da saúde, secretaria de educação, escolas, etc;
* Implementar o Plano Brasil alfabetizado nas comunidade ciganas;
* Realizar visitas dos profissionais de saúde aos acampamentos ciganos;
* Criar lei especifica para ciganos Calon itinerantes de modo a facilitar a inclusão no cadastro único;
* Realizar visitas da Assistência Social nas comunidades tradicionais e acampamentos ciganos;
* Implementar a Resolução nº3/2012, Conselho Nacional de Educação, que define as diretrizes para o atendimento às populações em situação de itinerância;
* Criar programa específico de ATER que atenda às especificidades dos Povos Ciganos;
* Garantir a participação dos povos ciganos em conselhos nas diferentes esferas de governo com ênfase nos Conselhos das Cidades;
* Elaborar carta de apoio aos povos ciganos relativa à violência policial contra esses povos e ausência de políticas públicas e abuso das autoridades;
* Fortalecer as ações de registro civil de nascimento para a população cigana, com a criação de um documento similar ao registro de nascimento indígena (RANI);
* Realizar campanhas de conscientização sobre DST nos acampamentos ciganos;
* Estabelecer uma agenda de visitas aos acampamentos ciganos para que sejam conhecidas as demandas e necessidades desta população;
* Adequar os critérios do programa Bolsa Família para melhor inclusão da população cigana;
* Ampliar a bolsa permanência para o ensino médio para a população cigana;
* Realizar um censo para a comunidade cigana;
* Elaborar um PRONAF Cigano
* Criar política de saude para os povos ciganos;
* Informar as mulheres ciganas sobre direitos reprodutivos e garantir atendimento humanizado em acordo com questões culturais;
* Melhorar a divulgação da informação sobre o Cartão Nacional do SUS para os povos ciganos (não exigência de endereço para o atendimento a ciganos nas unidades de saúde);
* Reconhecer a cidadania cigana para o cadastramento desta população nos programas sociais, especialmente no atendimento feito junto ao CRAS;
* Ter mais pontos de cultura ciganos para a valorização da cultura cigana;

**DEMANDAS QUILOMBOLAS**

* Retomar as mesas de diálogo para mediação de conflitos territoriais, no caso das comunidades quilombolas;
* Construir e manter escolas quilombolas e indígenas;
* Incentivar quilombolas para permanência na terra por meio de apoio à produção agrícola;
* Desburocratizar os processos para titulação dos territórios quilombolas;
* Manter e fortalecer o Decreto 4887/03;
* Criar escritórios estaduais da Fundação Cultural Palmares;
* Respeitar o principio da autoidentificação dos quilombolas;
* Garantir escolas técnicas dentro dos territórios quilombolas;
* Realizar articulação entre órgãos responsáveis pelos grandes empreendimentos com o objetivo de evitar a aprovação de projetos de obras que tenham impacto no território das comunidades quilombolas reconhecidas.

**DEMANDAS POVOS INDÍGENAS**

* Fortalecer a gestão ambiental nos territórios indígenas por meio da PNGATI;
* Construir e manter escolas quilombolas e indígenas;
* Fortalecer o subsistema de saúde indígena e que o governo respeite a Convenção 169 da OIT, com consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas antes da criação do INSI;
* Criar política especifica da mulher indígena;
* Produzir material informativo bilíngue sobre métodos tradicionais e de tratamentos de saúde, tanto preventivos quanto curativos;
* Revogar a Portaria 303/AGU e não aprovar a PEC 215;
* Garantir consultas aos povos e comunidades tradicionais quando houver presença em área de regularização de terra indígena e que sejam garantidos os seus direitos territoriais.